

MULHERES AFROLATINAS NA LUTA POR MORADIA DIGNA, ATRAVÉS DO ASSOCIATIVISMO HABITACIONAL.

LUCIANE BARCELLOS DE ALMEIDA¹; SIMONE DA SILVA RIBEIRO GOMES³

¹Universidade Federal de Pelotas – ludoutora2028@gmail.com
Universidade Federal de Pelotas – simone.gomes@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A importância do tema da moradia no cenário nacional e como grupos beneficiados por políticas públicas habitacionais, nos últimos 15 anos, a partir do advento do Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades, se colocam na disputa pelo poder de morar de forma digna nas cidades.

Na perspectiva da Teoria Social Crítica, a busca por transformar determinada realidade específica, aponta para movimentos que parte da sociedade vem fazendo, para criar espaços de resistência e conquistas de dignidade, principalmente na área da habitação.

O estudo tende a problematizar o quanto este tema em específico tem mobilizado uma parte da sociedade, que por séculos teve seu direito de morar com dignidade negado. Este conjunto de agentes, no presente estudo, são identificadas como as “mulheres afrolatinas.” E investigar as relações de poder de raça, classe e gênero por dentro das entidades que são gestadas, para facilitar o acesso as políticas públicas habitacionais, como associações e cooperativas habitacionais.

Conforme as referências de intelectuais como Patrícia H. Collins, trata-se de abordar o conceito de interseccionalidade, observando as experiências vividas por mulheres afrolatinas, nos movimentos de luta por moradia, que se arvoram criar um “conjunto de ideias críticas ao mundo social estabelecido”. Para isso, farei uso de Collins(2022), utilizando como ferramenta de análise as categorias de raça, gênero e classe social, para questionar as desigualdades sociais existentes na concepção de moradia digna.

Como alusão ao feminismo negro e a categoria de “mulher afrolatina”, Lélia Gonzales, em seus estudos auxilia o desvelamento das “contradições internas”, que se apresentam na sociedade brasileira, principalmente por essas “afrolatinoamericanas”, que por suas especificidades e singularidades, demarcam e simbolizam o espaço da casa e a “divisão racial do espaço”, como ponto de partida e que justamente se inter cruzam com os estudos de Collins, neste tema.

Para compreensão de como se dá a gestão das cooperativas e associações habitacionais, que são processos sociais relacionais, tanto Collins (2022) como os escritos de Abu-Lughod (1990), irão trabalhar na *antiromantização* dos movimentos de luta, anunciando que existem disputas constantes de poder, evidenciadas por situações de resistências dentro das organizações. Desta forma, o objetivo do trabalho é contextualizar como as mulheres afrolatinas, acessam e se relacionam com as entidades que lutam por moradia digna e de que forma as cooperativas e associações, nos últimos 15 anos, explicitam na sua práxis a articulação entre, raça, gênero e classe social, no contexto brasileiro. .

Neste ponto o estudo está focado em levantar o quadro da realidade empírica com o mapeamento, contato e registro das associações e cooperativas existentes que aceitaram participar da pesquisa, bem como o mapeamento das afrolatinas que participam dessas entidades.

2. METODOLOGIA

O trabalho está sendo realizado com a categorização dos pressupostos teóricos para delimitar o campo de atuação e pesquisa. A base epistemológica e a predominância à luz da Teoria Social Crítica, como categoria de análise da realidade brasileira, nos últimos quinze anos, busca explicitar os possíveis limites de política habitacional e a articulação entre raça, gênero e classe social das pessoas, beneficiadas pelo programa minha casa minha vida - entidades.

A pesquisa no campo empírico está na fase de levantamento dos dados das cooperativas e associações, inventariando seus territórios e suas gestões, observando o processo de criação, seu funcionamento e os propósitos pelos quais essas entidades foram criadas.

Um dado interessante a ser levado em conta diz respeito que a maioria das cooperativas e associações de moradores da amostra foram inscritas pelo governo federal para acessar recursos do programa. Algumas foram criadas ou revitalizadas após o período de criação do estatuto das cidades e do Sistema Nacional de Habitação de interesse Social. Desta forma operacionalizando um conceito de associação de Simmel (2006), que refere a estes processos de organização como formas de “interação, na busca de determinadas finalidades”, neste caso a busca por moradia digna, que busca identificar como se dá a produção desses espaços que promovem essas interações para combater as desigualdades sociais, buscando transforma-las.

O mapeamento das entidades se dará através da articulação junto aos movimentos de luta por moradia, centrais de movimentos populares, banco de dados do governo federal e federações que trabalham com cooperativas habitacionais em todo o Brasil.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados empíricos advindos das observações das associações e cooperativas, produzirá uma síntese, que anuncia a urgência de observar sob o campo de vista sociológico as relações que envolvem um grupo de mais de 50% da população geral do país, que está na base desta sociedade, as “mulheres afrolatinas” e que possuem as piores condições de acesso a moradia digna e as políticas públicas, em comparação a outros grupos.

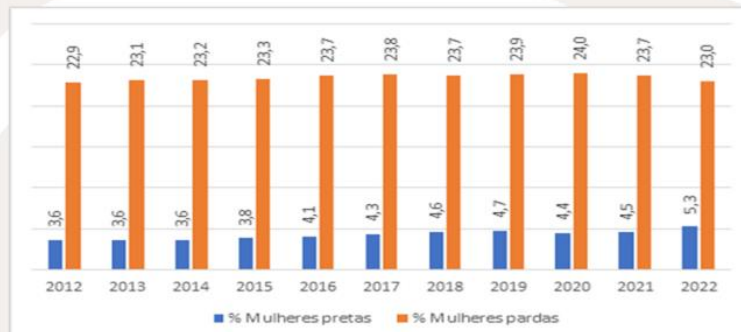
A afirmativa acima tem como base dados fornecidos pelo Ministério da Igualdade Racial, através da Secretaria de Gestão do Sistema nacional de promoção da igualdade racial, que em setembro de 2023, lançou seu segundo informativo que trata de uma avaliação e monitoramento da situação das mulheres negras no país.

Pode-se observar na tabela abaixo as mulheres negras são maioria da população no Brasil, apesar de uma leve queda elas ainda perfazem a população brasileira.

POPULAÇÃO

A participação percentual das mulheres negras na população brasileira vinha crescendo consistentemente até 2019 e sofreu pequena redução a partir de 2021.

Figura 1 – Participação de Mulheres Negras no Total da população (%) – Brasil, 2012 a 2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Total para "Cor ou raça" inclui as pessoas que se declararam indígenas, amarelas ou sem declaração.

Apesar da redução observada na participação das mulheres negras na população total, o Brasil, apresentado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2022, retrata uma sociedade majoritariamente negra, na qual a população preta e parda totaliza 119,75 milhões de brasileiros e responde por 56% da população total.

Este cenário estende-se, também a outros fatores sociais, como por exemplo a pobreza e por conseguinte a falta de moradia digna, alimentação, educação, saúde, lazer e tantos outros direitos básicos. Os índices permanecem altos, no quesito que trata sobre de trabalho informal e precário, mantendo essas em situação de pobreza extrema.

Neste sentido o estado através das políticas públicas de carácter distributivo mantém programas governamentais, que cobrem em parte as necessidades, das mulheres afrolatinas que são 42% da população que acessa estes programas, disponíveis através do cadastro único, do governo federal, conforme os dados do informativo citado acima. Tais iniciativas servem que para mediar e amenizar a situação de vulnerabilidade, que as famílias enfrentam tamanha é a injustiça social a qual estão expostas.

Observado o quadro nacional em que a maioria da população é feminina, negra ou parda e que vive em um realidade de profunda desigualdade social, estudar o papel da importância da disputa de poder pelo critério da moradia digna e as ações desenvolvidas por mulheres negras ao buscarem através dos movimentos sociais a superação dessas desigualdades de injustiças sociais é imperativo na contemporaneidade.

Os movimentos sociais, neste sentido servem como ferramentas para o enfrentamento desta dura realidade brasileira, segundo Gohn, (2010) destaca-se o movimento de luta por moradia, ter ainda a "centralidade da luta popular", dos quais fazem parte as mulheres afrolatinas, e a partir de sua organização formam associações e cooperativas que disputarão os editais governamentais para acessar a tão sonhada casa própria.

É possível perceber que o trabalho está no início de sua jornada, necessitando adentrar o campo empírico, para manipular os dados advindos da análise das entidades, para a partir destes observar a luz da interseccionalidade, o encadeamento de uma análise sociológica, sobre as questões que envolvem a moradia digna e as relações de poder entre as mulheres afrolatinas e as cooperativas e associações habitacionais nos últimos 15 anos no país.

4. CONCLUSÕES

A inovação neste tipo de trabalho está em observar diante da realidade brasileira como políticas públicas de distribuição e a interseccionalidade entre raça, gênero e classe, promovem a transformação de cenários de permanentes injustiças sociais, sofridas por mulheres afrolatinas.

Desvelar e voltar análises acadêmicas para estas fontes de organização, que evocam um espaço de resistência, contra um sistema que reproduz desigualdades sociais, observando as relações sociais, destas mulheres afrolatinas, na busca por um espaço de moradia, como um lugar digno para viver e se constituírem como protagonistas de suas histórias.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABU- LUGHOD, L. – The Romance of Resistance: Trancing. American Ethnologist, 1990.

ALMEIDA, B. Luciane – **O processo de empoderamento das mulheres na cooperativa habitacional de trabalhadores: a forma de habitar em questão.** Pelotas. 2015 Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, UFPEL

GONZALES, Lélia. COISA DE NEGRO. Lélia Gonzales e Carlos Hasenbalg. – Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica.** – 1ª.ed. – São Paulo: Boitempo, 2022.

COLLINS, Patrícia Hill. INTERSECCIONALIDADE Patrícia Hill Collins, Sirma Bilge; tradução Rane Souza - 1.ed. - São Paulo: Boitempo, 2021

SIMMEL, Georg. **Questões Fundamentais da sociologia: individuo e sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

Documentos eletrônicos

GONZALES, Lélia. **RACISMO E SEXISMO NA CULTURA BRASILEIRA.** Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira%20%281%29.pdf
Acesso em 20 set.2024

Informe MIR - Monitoramento e avaliação - nº 2 - Edição Mulheres Negras. Brasília-DF - Setembro de 2023

Disponível em: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/composicao/secretaria-de-gestao-do-sistema-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/diretoria-de-avaliacao-monitoramento-e-gestao-da-informacao/informativos/informe-edicao-mulheres-negras.pdf>